



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

**Presidência do Governo Regional**

**CONCURSO PÚBLICO, POR LOTES, COM PUBLICAÇÃO NO *JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA*, PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIAGENS AÉREAS, ALOJAMENTO, TRANSFERES E ALUGUER DE VIATURAS PARA A PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES**

**VOLUME I – PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

**JULHO 2025**



## REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

### Presidência do Governo Regional

#### ÍNDICE

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO .....	3
2. ENTIDADE ADJUDICANTE .....	4
3. ÓRGÃOQUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR.....	4
4. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO .....	5
5. CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO .....	5
6. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS .....	6
7. PREÇO BASE DO PROCEDIMENTO.....	8
8. CONCORRENTES.....	10
9. DOCUMENTOS DA PROPOSTA.....	10
10. INDICAÇÃO DE PREÇOS .....	11
11. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA.....	13
12. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	13
13. PRORROGAÇÃO DO PRAZO FIXADO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ...	13
14. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	14
15. ABERTURA DAS PROPOSTAS.....	16
16. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS .....	16
17. PROPOSTAS VARIANTES.....	16
18. NEGOCIAÇÃO .....	16
19. RETIRADA DA PROPOSTA.....	17
20. ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTO DE PROPOSTAS .....	17
21. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO .....	18
22. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	25
23. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	27
24. REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO .....	27
25. FISCALIZAÇÃO PRÉVIA DO TRIBUNAL DE CONTAS.....	28
26. DESPESAS .....	28
27. CONTAGEM DOS PRAZOS.....	28
28. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL .....	29
ANEXO I.....	30
ANEXO II.....	37
ANEXO III.....	41



## REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

### Presidência do Governo Regional

#### ANEXO IV ..... 45

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

1.1. O presente procedimento visa a aquisição de serviços de viagens aéreas, alojamento, transferes e aluguer de viaturas, em território regional, nacional e no estrangeiro, em regime de fornecimento contínuo, para a Presidência do Governo Regional dos Açores, com o CPV - 63510000-7 Serviços de agências de viagens e serviços similares.

1.2. O presente procedimento encontra-se dividido em dois (2) lotes, sendo a adjudicação de qualquer um deles realizada em separado e podendo as entidades concorrer a um ou a ambos os lotes.

1.3. A composição de cada lote encontra-se descrita no caderno de encargos do presente procedimento.

1.4. Para efeitos do estabelecido nos números anteriores, o presente procedimento engloba os seguintes lotes:

Lote	Designação
<b>Lote 1</b>	Viagens Inter-ilhas e Nacionais a) Viagens entre ilhas; b) Viagens nacionais (Lisboa, Porto, Faro, Funchal), com partida da Região Autónoma dos Açores e chegada à Região Autónoma dos Açores; c) Alojamento; d) Transferes; e) Aluguer de viaturas, sem ou com condutor.
<b>Lote 2</b>	<b>Viagens Internacionais</b>



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

	<ul style="list-style-type: none"><li>a) Viagens Internacionais, com partida da Região Autónoma dos Açores, eventuais escalas e regresso à Região Autónoma dos Açores;</li><li>b) Viagens Internacionais, com partida de Lisboa ou Porto, eventuais escalas e regresso à Região Autónoma dos Açores;</li><li>c) Alojamento;</li><li>d) Transferes;</li><li>e) Aluguer de viaturas, sem ou com condutor.</li></ul>
--	---

## **2. ENTIDADE ADJUDICANTE**

**2.1.** A entidade adjudicante é a Região Autónoma dos Açores, através da Presidência do Governo Regional dos Açores - Secretaria-Geral da Presidência, com os seguintes contactos para efeitos do presente procedimento:

Endereço: Palácio da Conceição, Largo 2 de Março, 9500-152 Ponta Delgada

Telefone: 296 204 700;

Correio eletrónico: [secretariageral@azores.gov.pt](mailto:secretariageral@azores.gov.pt)

Plataforma eletrónica: - [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)

**2.2.** As comunicações destinadas à entidade adjudicante e ao júri, no âmbito do presente procedimento, devem ser efetuadas na plataforma com endereço identificado em 2.1.

## **3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR**

**3.1.** A decisão de contratar foi tomada por S. Exa. o Presidente do Governo Regional, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 33.º do Decreto Legislativo



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

Regional n.º 15/2024/A, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2025, por despacho, de 17 de julho de 2025.

**3.2.** Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 36.º do CCP, indica-se:

Por despacho de 3 de julho de 2025, do senhor Diretor Regional do Orçamento e Tesouro, ao abrigo das competências delegadas ao abrigo da delegação de competências constante do Despacho n.º 705/2024, de 15 de abril, foi autorizada a assunção de encargos plurianuais para os anos de 2025 e 2026, referente ao presente procedimento.

#### **4. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO**

Nos termos conjugados das alíneas b) do n.º 1 e alínea e) do n.º 2 do artigo 14.º, da alínea b) do artigo 20.º, e do artigo 24.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro (doravante designado pelo acrónimo “RJCPRAA”) o procedimento de formação do contrato adotado é o Concurso Público com publicidade no *Jornal Oficial da União Europeia*.

#### **5. CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO**

**5.1.** As peças do procedimento encontram-se patentes na plataforma de contratação pública utilizada pela Administração Pública Regional [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

**5.2.** As peças do procedimento encontram-se igualmente disponíveis no endereço indicado no número 2.1, desde o dia da publicação do anúncio do procedimento, onde podem ser consultadas pelos interessados entre as 9h30 e as 12h00 e as



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

14h30 e as 17:00 horas de cada dia útil, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

**5.3.** As peças do procedimento são disponibilizadas gratuitamente, a partir da data da publicação do anúncio, a todos os interessados que se registem na plataforma eletrónica Acingov, no seguinte endereço: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

**5.4.** A plataforma eletrónica Acingov, garante o acesso exclusivo dos interessados às peças do procedimento, aos esclarecimentos e comunicações na fase prévia à apresentação das propostas.

**5.5.** O acesso aos documentos referidos no número anterior não se encontra dependente de qualquer pagamento.

**5.6.** A título meramente de divulgação e consulta prévia, sem custos, podem ser disponibilizadas as peças, por meio eletrónico, por solicitação para os contactos identificados no número 2.1.

## **6. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS**

**6.1.** No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, os interessados podem solicitar esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

**6.2.** Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.

**6.3.** A lista a apresentar à entidade adjudicante deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões das peças do procedimento detetados, com exceção daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas. Para o efeito, os interessados devem aceder ao procedimento na plataforma eletrónica.

**6.4.** Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, igualmente através da plataforma [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt):

- a) O Júri do procedimento presta, por escrito, os esclarecimentos solicitados;
- b) A entidade adjudicante pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam expressamente aceites.

**6.5.** A entidade adjudicante identifica os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

**6.6.** Independentemente do disposto nos números anteriores, a entidade adjudicante pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no número 6.5, ou até ao final do prazo da entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.

**6.7.** Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados devem ser imediatamente notificadas a todos aqueles que tenham adquirido as peças do procedimento, sendo juntos às peças do procedimento que se encontram disponíveis para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados desse facto.

**6.8.** Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

## **7. PREÇO BASE DO PROCEDIMENTO**

**7.1.** O preço base é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

**7.2.** No presente procedimento fixou-se como preço base, para a totalidade dos lotes, o preço máximo global de 195.000,00 € (cento e noventa e cinco mil euros), valor que não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e que resulta do somatório dos preços base de cada lote posto a concurso, identificados nos seguintes termos:





## REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

### Presidência do Governo Regional

Lote	Designação	Preço base
<b>Lote 1</b>	<b>Viagens Inter-ilhas e Nacionais</b> a) Viagens entre ilhas; b) Viagens nacionais (Lisboa, Porto, Faro, Funchal), com partida da Região Autónoma dos Açores e chegada à Região Autónoma dos Açores; c) Alojamento d) Transferes; e) Aluguer de viaturas, sem ou com condutor.	135.000,00 € (cento e trinta e cinco mil euros)
<b>Lote 2</b>	<b>Viagens Internacionais</b> a) Viagens Internacionais, com partida da Região Autónoma dos Açores, eventuais escalas e regresso à Região Autónoma dos Açores; b) Viagens Internacionais, com partida de Lisboa ou Porto, eventuais escalas e regresso à Região Autónoma dos Açores; c) Alojamento; d) Transferes; e) Aluguer de viaturas, sem ou com condutor.	60.000,00 € (sessenta mil euros)

**7.3.** A prestação de serviços é executada durante 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da assinatura do contrato e respetiva publicação no Portal Base ou da data em que o contraente público comunique ao cocontratante, através de documento escrito, que se inicia o prazo para execução do contrato, caso esta última data seja posterior, mas nunca superior a trinta dias.

**7.4.** O contrato caduca automaticamente quando faturados e pagos os serviços prestados até ao limite do preço contratual.

**7.5.** No final do prazo previsto no ponto 7.3, caso o montante máximo da despesa autorizada ainda não tenha sido atingido, o contrato pode manter-se em vigor até atingir aquele valor.



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

#### **8. CONCORRENTES**

**8.1.** Podem apresentar proposta as pessoas, singulares ou coletivas, incluindo os agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação no momento da apresentação da proposta.

**8.2.** Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas nas alíneas do n.º 1 do artigo 33.º do RJCPRAA.

**8.3.** Todos os membros que compõem um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta, e pelo cumprimento de todas as obrigações inerentes à apresentação da proposta.

**8.4.** Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de Consórcio Externo em Regime de Responsabilidade Solidária (Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho), devendo transmitir à entidade adjudicante a identificação da chefia do consórcio.

#### **9. DOCUMENTOS DA PROPOSTA**

As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:

a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), previsto no n.º 3 do artigo 35.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro,



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

disponível no seguinte endereço eletrónico  
<https://www.base.gov.pt/Base4/pt/deucp/>;

b) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 36.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, elaborada de acordo com o modelo constante do Anexo I do presente programa do procedimento, assinada pela pessoa ou pelas pessoas com poderes para obrigar os concorrentes ou, no caso de agrupamento, pelo representante comum, se tiver havido designação ou, não existindo este, por todas as pessoas com poderes para obrigar todas as entidades que o compõem.

c) Procurações e instrumentos de mandato;

d) Proposta de preço das taxas de serviço aplicáveis, enquanto único aspeto da execução do contrato submetido à concorrência, referente ao lote a que se propõe concorrer, elaborada em conformidade com um dos seguintes modelos:

i. Anexo II ao presente programa de procedimento, caso a proposta tenha por objeto o Lote 1;

ii. Anexo III ao presente programa de procedimento, caso a proposta tenha por objeto o Lote 2.

e) Certidão de Registo Comercial ou Código de acesso à Certidão Permanente.

## **10. INDICAÇÃO DE PREÇOS**



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

**10.1.** Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.

**10.2.** Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

**10.3.** Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

#### **11. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA**

**11.1.** Todos os documentos imputáveis aos concorrentes, no âmbito do presente procedimento, devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

**11.2.** Excetua-se do previsto no número anterior outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea c) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP os quais podem ser redigidos em inglês ou castelhano.

#### **12. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

As propostas devem ser apresentadas até às 23:59 horas (UTC) do 30.º (trigésimo) dia consecutivo contado a partir da data do envio para publicação do anúncio.

#### **13. PRORROGAÇÃO DO PRAZO FIXADO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**13.1.** Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo 50.º do CCP ou no número 6 do presente programa sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado, mas nunca inferior a seis dias.



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

**13.2.** Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento, referidas no artigo 50.º do CCP ou no número 6 do presente programa, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.

**13.3.** A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.

**13.4.** As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem à entidade adjudicante e serão juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, e notificando-se todos os interessados, nos termos e com os efeitos previstos no número 6 do presente programa.

## **14. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**14.1.** As propostas são apresentadas diretamente na plataforma eletrónica contratualizada pelo Governo Regional dos Açores – ACINGOV, com endereço [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

**14.2.** As propostas, assim como todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica ACINGOV, devem ser assinados individualmente com recurso a



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

certificado qualificado de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

**14.3.** Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.

**14.4.** Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato "ZIP" ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem.

**14.5.** Nos termos do disposto nos artigos 68.º a 70º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação, bem como preencher o formulário principal.

**14.6.** Os títulos dos ficheiros das propostas a carregar na plataforma devem indicar a alínea do número 10 do Programa do Procedimento a que respeitam.

**14.7.** Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública ACINGOV, pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

**14.8.** As questões relativas à operacionalização das propostas ou outros documentos na plataforma eletrónica devem ser dirigidas à entidade gestora da mesma – acinGov.

## **15. ABERTURA DAS PROPOSTAS**

**15.1.** A abertura das propostas, pelo júri do procedimento, terá lugar no dia útil seguinte ao do termo do prazo para apresentação, ou na data que vier a ser anunciada, se ocorrer prorrogação do prazo de apresentação de propostas.

**15.2.** A abertura ocorrerá com a autenticação de, pelo menos, 3 dos membros do júri.

**15.3.** A lista de concorrentes é publicitada no dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

## **16. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias, a contar do termo fixado para a apresentação das mesmas.

## **17. PROPOSTAS VARIANTES**

Não é admitida a apresentação de propostas variantes e, ou, com alterações de cláusulas do caderno de encargos.

## **18. NEGOCIAÇÃO**





## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

As propostas apresentadas não são objeto de negociação.

#### **19. RETIRADA DA PROPOSTA**

Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, nos termos previstos na plataforma eletrónica, sem prejuízo de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

#### **20. ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTO DE PROPOSTAS**

**20.1.** O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e avaliação das mesmas.

**20.2.** Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das suas propostas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência.

**20.3.** Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados nos mesmos termos do previsto no número 6 do presente programa, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto através da plataforma AcinGov.



## REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

### Presidência do Governo Regional

#### 21. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

**21.1.** O critério no qual se baseia a adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada através da modalidade monofator, densificada pelo fator *Valor da Taxa de Serviço Ponderado*, calculado através da seguinte fórmula:

$$VTSP = (Pa \times 70\%) + (Ph \times 26\%) + (Ps \times 4\%)$$

Em que:

VTSP = Valor da Taxa de Serviço Ponderado;

Pa = Valor da Taxa de Serviço para Transporte Aéreo;

Ph = Valor da Taxa de Serviço para Alojamento;

Ps = Valor da Taxa de Serviço para Outros Serviços Complementares.

**21.2.** O Valor da Taxa de Serviço para Transporte Aéreo é calculado através das seguintes fórmulas:

a) Lote 1:

$$Pa = 90\% \times (50\% \times AER + 50\% \times AEN) + 5\% \times (25\% \times AAR + 25\% \times ACR) + 5\% \times (25\% \times AAN + 25\% \times ACN)$$

Em que:



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

Pa = Valor da Taxa de Serviço para Transporte Aéreo;

AER = Valor da Taxa de Serviço para Emissão de Bilhete de Avião Regional;

AAR = Valor da Taxa de Serviço para Alteração de Bilhete de Avião Regional;

ACR = Valor da Taxa de Serviço para Cancelamento de Bilhete de Avião Regional;

AEN = Valor da Taxa de Serviço para Emissão de Bilhete de Avião Nacional;

AAN = Valor da Taxa de Serviço para Alteração de Bilhete de Avião Nacional;

ACN = Valor da Taxa de Serviço para Cancelamento de Bilhete de Avião Nacional.

b) Lote 2:

$$Pa = 90\% \times (70\% \times AEE + 30\% \times AEI) + 5\% \times (70\% \times AAE + 30\% \times AAI) + 5\% (70\% \times ACE + 30\% \times ACI)$$

Em que:

Pa = Valor da Taxa de Serviço para Transporte Aéreo;

AEE = Valor da Taxa de Serviço para Emissão de Bilhete de Avião Europa;

AEI= Valor da Taxa de Serviço para Emissão de Bilhete de Avião Intercontinental;

AAE= Valor da Taxa de Serviço para Alteração de Bilhete de Avião Europa;



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

AAI= Valor da Taxa de Serviço para Alteração de Bilhete de Avião Intercontinental;

ACE = Valor da Taxa de Serviço para Cancelamento de Bilhete de Avião Europa;

ACI = Valor da Taxa de Serviço para Cancelamento de Bilhete de Avião Intercontinental.

**21.3.** O valor da Taxa de Serviço para Alojamento (Ph) é calculado através das seguintes fórmulas:

a) Lote 1:

$$Ph = 90\% \times (50\% \times HER + 50\% \times HEN) + 5\% (50\% \times HAR + 50\% \times HAN) + 5\% (50\% \times HCR + 50\% \times HCN)$$

Em que:

Ph = Valor da Taxa de Serviço para Alojamento;

HER = Valor da Taxa de Serviço para Emissão de Voucher de Hotel Regional;

HAR= Valor da Taxa de Serviço para Alteração de Voucher de Hotel Regional;

HCR= Valor da Taxa de Serviço para Cancelamento de Voucher de Hotel Regional;

HEN = Valor da Taxa de Serviço para Emissão de Voucher de Hotel Nacional;

HAN= Valor da Taxa de Serviço para Alteração de Voucher de Hotel Nacional;



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

HCN= Valor da Taxa de Serviço para Cancelamento de Voucher de Hotel Nacional.

b) Lote 2:

$$Ph = 90\% \times HEI + 5\% \times HAI + 5\% \times HCI$$

Em que:

Ph = Valor da Taxa de Serviço para Alojamento;

HEI= Valor da Taxa de Serviço para Emissão de Voucher de Hotel Internacional;

HAI= Valor da Taxa de Serviço para Alteração de Voucher de Hotel Internacional;

HCI= Valor da Taxa de Serviço para Cancelamento de Voucher de Hotel Internacional.

**21.4.** O valor da Taxa de Serviço para Outros Serviços Complementares (Ps) é calculado através das seguintes fórmulas:

a) Lote 1:

$$Ps = 90\% \times (60\% \times SEN + 40\% \times SEE) + 5\% \times (60\% \times SAN + 40\% \times SAV) + 5\% \times (60\% \times SCN + 40\% \times SED)$$

Em que:

Ps = Valor da Taxa de Serviço para Outros Serviços Complementares;



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

SEN = Valor da Taxa de Serviço para Emissão de Transferes;

SEE = Valor da Taxa de Serviço para Emissão e Entrega de Documentação;

SAN = Valor da Taxa de Serviço para Alteração de Transferes;

SAV = Valor da Taxa de Serviço para Alteração de Entrega de Documentação;

SCN = Valor da Taxa de Serviço para Cancelamento de Transferes;

SED = Valor da Taxa de Serviço para Cancelamento de Entrega de Documentação.

b) Lote 2:

$$Ps = 90\% \times (44\% \times SEN + 32\% \times SEE + 24\% \times SEI) + 5\% \times (44\% \times SAN + 32\% \times SAV + 24\% \times SAI) + 5\% \times (44\% \times SCN + 32\% \times SED + 24\% \times SCI)$$

Em que:

Ps = Valor da Taxa de Serviço para Outros Serviços Complementares;

SEN = Valor da Taxa de Serviço para Emissão de Transferes;

SEE = Valor da Taxa de Serviço para Emissão e Entrega de Documentação;

SEI = Valor da Taxa de Serviço para Emissão de Vistos;

SAN = Valor da Taxa de Serviço para Alteração de Transferes;



## REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

### Presidência do Governo Regional

SAV = Valor da Taxa de Serviço para Alteração de Entrega de Documentação;

SAI = Valor da Taxa de Serviço para Alteração de Vistos;

SCN = Valor da Taxa de Serviço para Cancelamento de Transfere;

SED = Valor da Taxa de Serviço para Cancelamento de Entrega de Documentação.

SCI = Valor da Taxa de Serviço para Cancelamento de Vistos.

**21.5.** A pontuação do fator Valor da Taxa de Serviço Ponderado é realizada de forma linear e de acordo com a aplicação da seguinte fórmula matemática:

<b>Pontuação do fator Valor da Taxa de Serviço Ponderado (PVTSP)</b>		
L <sub>sup</sub>	Limite superior da pontuação	100
L <sub>inf</sub>	Limite inferior da pontuação	1
L <sub>x</sub>	Valor da Taxa de Serviço Ponderado	Variável
F <sub>a</sub>	Maior Valor da Taxa de Serviço Ponderado considerável	50,00 €



## REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

### Presidência do Governo Regional

$F_b$	Menor Valor da Taxa de Serviço Ponderado considerável	0,01 €
$PVTSP = L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (L_x - F_b) / (F_a - F_b))$		

**21.6.** São excluídas as propostas que não apresentem valores para todas as taxas de serviços identificadas.

**21.7.** A ordenação das propostas é feita pela melhor classificação obtida no fator *Valor da Taxa de Serviço Ponderado*, que pode ir de 1 a 100 pontos.

**21.8.** Em caso de empate na pontuação das propostas, serão considerados como fator de desempate os seguintes critérios pela ordem apresentada:

a) Lote 1:

1.º Mais baixa Taxa de Serviço para Transporte Aéreo (Pa);

2.º Mais baixa Taxa de Serviço para a Emissão de Bilhete de Avião Nacional (AEN);

3.º Mais baixa Taxa de Serviço para Alojamento (Ph);

4.º Mais baixa Taxa de Serviço para Emissão de Bilhete de Avião Regional (AER).

b) Lote 2:

1.º Mais baixa Taxa de Serviço para Transporte Aéreo (Pa);





## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

2.º Mais baixa Taxa de Serviço para a Emissão de Bilhetes de Avião Europa (AEE);

3.º Mais baixa Taxa de Serviço para a Emissão de Bilhetes de Avião Intercontinental (AEI);

4.º Mais baixa Taxa de Serviço para a Alteração de Bilhetes de Avião Europa (AAE).

## **22. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**22.1.** O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação: Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo IV ao presente programa, em conformidade com o previsto no n.º 2 do artigo 40.º do RJCPRAA;

b) Certidão do Registo Comercial ou código de acesso à certidão permanente da empresa;

c) Comprovativo de registo no Registo Nacional das Agências de Viagens e Turismo (RNAVT);

d) Certificado de registo criminal da empresa e titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da empresa que se encontrem em efetividade de funções, conforme certidão permanente;

e) Documento comprovativo da situação contributiva regularizada emitido pela Segurança Social;



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

f) Documento comprovativo da situação tributária regularizada, emitida pela Autoridade Tributária;

**22.2.** Tratando-se de empresas sem sede e direção efetiva em Portugal, o adjudicatário, para além dos documentos referidos nas alíneas anteriores, deve também apresentar o respetivo comprovativo de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.

**22.3.** O adjudicatário, ou um subcontratado, nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio pode ainda apresentar, em substituição dos documentos de habilitação, uma declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade judiciária ou administrativa ou qualquer outra competente, de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar no estado de que é nacional de acordo com as regras nele aplicáveis.

**22.4.** Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa, aceitando-se, porém, que sejam apresentados em língua estrangeira quando a própria natureza ou origem assim o exigir desde que acompanhados de tradução devidamente legalizada, sendo que a tradução prevalece para todos os efeitos sobre os originais em língua estrangeira.

**22.5.** As declarações referidas nos números anteriores deverem ser assinadas pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

#### **23. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**23.1.** No prazo de 10 (dez) dias contados da data da receção da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação indicados no presente programa.

**23.2.** Mediante solicitação do adjudicatário, o prazo referido no número anterior pode ser prorrogado por uma única vez, por um período não superior a 5 (cinco) dias.

**23.3.** No caso de serem detetadas irregularidades nos documentos apresentados, por facto não imputável ao adjudicatário, que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, será concedido, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação

**23.4.** Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário são disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica.

#### **24. REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO**

**24.1.** O contrato, relativo ao lote adjudicado, é reduzido a escrito, nos termos do artigo 94.º do CCP.

**24.2.** O contrato é celebrado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas, nos termos do artigo 94.º do CCP, aplicando-se as disposições pertinentes do mesmo regime.



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

**24.3.** Até à data da celebração do contrato, para cumprimento do n.º 1 do artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua redação em vigor, o adjudicatário tem de depositar junto da entidade adjudicante, através da plataforma eletrónica AcinGov, o comprovativo da declaração validada no Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) e o respetivo código.

## **25. FISCALIZAÇÃO PRÉVIA DO TRIBUNAL DE CONTAS**

Nos termos do artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, que aprovou a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, na sua redação atual, o contrato não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, porque não excede o valor de 750.000,00 € (setecentos e cinquenta mil euros).

## **26. DESPESAS**

Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do contrato, e encargos inerentes à promoção dos seguros obrigatórios nos termos da legislação em vigor, constituem encargo do adjudicatário.

## **27. CONTAGEM DOS PRAZOS**

**27.1.** Os prazos estabelecidos no presente programa contam-se nos termos do artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo, com exceção do disposto no número seguinte, e não lhes é aplicável, em caso algum, o disposto no artigo 88.º do mesmo Código.



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

**27.2.** Os prazos fixados para a apresentação de propostas são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

## **28. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente programa de procedimento aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação atualizada de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, no Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, no Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro, no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e pela Declaração de Retificação n.º 42/2017, de 30 de novembro; Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, Decreto-Lei n.º 170/2019, de 4 de dezembro, Resolução da Assembleia da República n.º 16/2020, de 19 de março, Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, retificada pela Declaração de Retificação n.º 25/2021, de 21 de julho; Regulamentos Delegados (UE) n.ºs 2021/1951, 2021/1952 e 2021/1953, de 10 de novembro de 2021, Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro, Decreto-Lei n.º 54/2023, de 14 de julho, Regulamentos Delegados (UE) n.ºs 2023/2495, 2023/24956 e 2023/2497, de 16 de novembro de 2023, e Decreto-Lei n.º 66/2025, de 10 de abril, bem como o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/2017/A, de 13 de abril, e restante legislação aplicável.



## REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

### Presidência do Governo Regional

#### ANEXO I

(a que se refere a alínea b) do número 10.)

1 — \_\_\_\_\_(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) \_\_\_\_\_ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do concurso público, por lotes, com publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*, para aquisição de serviços de viagens aéreas, alojamento, transferes e aluguer de viaturas, para a Presidência do Governo Regional dos Açores, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) \_\_\_\_\_

b) \_\_\_\_\_



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);

f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na redação atual, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (12);

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (13);

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;





## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

v) Infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas, nos termos previstos na lei penal designadamente, na Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto, considerando as suas posteriores e sucessivas alterações;

vi) Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, nos termos previstos na lei penal, designadamente na Lei n.º 60/2013, de 23 de agosto.

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;

k) Não se encontra em incumprimento de obrigações em matéria ambiental, estabelecidas em normativos de direito internacional comunitário, nacional ou regional, que tenha dado lugar a sentença administrativa ou sentença judicial transitada em julgado em processos relacionados com infrações ou crimes contra o ambiente, se entretanto não tiver ocorrido a respetiva reabilitação, nomeadamente por terem incorrido numa das tipologias de crimes de perigo



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

comum fixadas no Código Penal quanto a danos contra a natureza, violação de regras urbanísticas, poluição ou poluição com perigo comum, atividades perigosas para o ambiente;

l) Não incorreu em deficiências significativas ou persistentes na execução de um aspeto essencial de um contrato público anterior celebrado com a entidade adjudicante em causa, que tenha conduzido à resolução contratual por incumprimento, à condenação por responsabilidade civil por danos causados ou a outras sanções contratual ou legalmente previstas;

m) Que não diligenciou, por si ou por terceiro, no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhes conferir vantagens no procedimento de contratação, ou de terem prestado, com dolo ou negligência, informações erróneas suscetíveis de influenciar decisões procedimentais.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e do n.º 2 do artigo 40.º do presente diploma, a apresentar a declaração que constitui o Anexo III referido nesta última norma, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

\_\_\_\_\_ (local), \_\_\_\_\_ (data), \_\_\_\_\_ [assinatura (18)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e no n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.



## REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

### Presidência do Governo Regional

#### ANEXO II

(a que se refere a subalínea i. da alínea d) do número 9)

#### Lote 1

F \_\_\_\_\_ (indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), depois de ter tomado conhecimento do concurso público, por lotes, com publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*, para aquisição de serviços de viagens aéreas, alojamento, transferes e aluguer de viaturas, para a Presidência do Governo Regional dos Açores, a que se refere o anúncio n.º \_\_\_\_\_, publicado no \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_, obriga-se a executar os serviços que constituem o Lote 1 – *Viagens Inter-ilhas e Nacionais*, que serão faturados de acordo com as taxas de serviço abaixo indicadas e cujo preço global não ultrapassará o preço base de 135.000,00 € (cento e trinta e cinco mil euros), acrescidos do IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, para o período total de execução do contrato, em conformidade com o conteúdo do caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

Ao preço de cada serviço prestado serão aplicadas as seguintes taxas de serviço<sup>1</sup>:

a) Taxas de serviço para transporte aéreo:

\_\_\_\_\_

<sup>1</sup> O valor das taxas de serviço propostas não pode ser superior a 50,00 € (cinquenta euros) nem inferior a 0,01 € (um cêntimo).



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

i. Transporte aéreo regional, inter-ilhas, emissão - \_\_\_\_\_ € (euros) (por algarismos e por extenso);

ii. Transporte aéreo nacional, emissão - \_\_\_\_\_ € (euros) (por algarismos e por extenso);

iii. Transporte aéreo regional, inter-ilhas, alteração - \_\_\_\_\_ € (euros) (por algarismos e por extenso);

iv. Transporte aéreo nacional, alteração - \_\_\_\_\_ € (euros) (por algarismos e por extenso);

v. Transporte aéreo regional, inter-ilhas, cancelamento - \_\_\_\_\_ € (euros) (por algarismos e por extenso);

vi. Transporte aéreo nacional, cancelamento - \_\_\_\_\_ € (euros) (por algarismos e por extenso);

b) Taxas de serviço para alojamento:

i. Taxa de serviço para alojamento regional, emissão - \_\_\_\_\_ € (euros) (por algarismos e por extenso);

ii. Taxa de serviço para alojamento nacional, emissão - \_\_\_\_\_ € (euros) (por algarismos e por extenso);

iii. Taxa de serviço para alojamento regional, alteração - \_\_\_\_\_ € (euros) (por algarismos e por extenso);



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

iv. Taxa de serviço para alojamento nacional, alteração - \_\_\_\_\_ € (euros)  
(por algarismos e por extenso);

v. Taxa de serviço para alojamento regional, cancelamento - \_\_\_\_\_ €  
(euros) (por algarismos e por extenso);

vi. Taxa de serviço para alojamento nacional, cancelamento - \_\_\_\_\_ €  
(euros) (por algarismos e por extenso);

c) Taxas de serviço para outros serviços complementares:

i. Taxa de serviço para emissão de transferes - \_\_\_\_\_ € (euros) (por  
algarismos e por extenso);

ii. Taxa de serviço para emissão e entrega de documentação - \_\_\_\_\_ €  
(euros) (por algarismos e por extenso);

iii. Taxa de serviço proposta para alteração de transferes - \_\_\_\_\_ €  
(euros) (por algarismos e por extenso);

iv. Taxa de serviço para alteração de entrega de documentação - \_\_\_\_\_. €  
(euros) (por algarismos e por extenso);

v. Taxa de serviço para cancelamento de transferes - \_\_\_\_\_ € (euros)  
(por algarismos e por extenso);

vi. Taxa de serviço para cancelamento de entrega de documentação -  
\_\_\_\_\_ € (euros) (por algarismos e por extenso).



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_





## REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

### Presidência do Governo Regional

#### ANEXO III

(a que se refere a subalínea ii. da alínea d) do número 9)

#### Lote 2

F \_\_\_\_\_ (indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), depois de ter tomado conhecimento do concurso público, por lotes, com publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*, para aquisição de serviços de viagens aéreas, alojamento, transferes e aluguer de viaturas, para a Presidência do Governo Regional dos Açores, a que se refere o anúncio n.º \_\_\_\_\_, publicado no \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_, obriga-se a executar os serviços que constituem o Lote 2 – *Viagens Internacionais*, que serão faturados de acordo com as taxas de serviço abaixo indicadas e cujo preço global não ultrapassará o preço base de 60.000,00 € (sessenta mil euros), acrescidos do IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, para o período total de execução do contrato, em conformidade com o conteúdo do caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

Ao preço de cada serviço prestado serão aplicadas as seguintes taxas de serviço<sup>2</sup>:

a) Taxas de serviço para transporte aéreo:

\_\_\_\_\_

<sup>2</sup> O valor das taxas de serviço propostas não pode ser superior a 50,00 € (cinquenta euros) nem inferior a 0,01 € (um cêntimo).



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

i. Transporte aéreo internacional: europa e intercontinental, emissão - \_\_\_\_\_ € (euros) (por algarismos e por extenso);

ii. Transporte aéreo internacional, europa e intercontinental, alteração - \_\_\_\_\_ € (euros) (por algarismos e por extenso);

iii. Transporte aéreo internacional, europa e intercontinental, cancelamento - \_\_\_\_\_ € (euros) (por algarismos e por extenso).

#### **b) Taxas de serviço para alojamento:**

i. Taxa de serviço para alojamento internacional, europa e intercontinental, emissão - \_\_\_\_\_ € (euros) (por algarismos e por extenso);

ii. Taxa de serviço para alojamento internacional, europa e intercontinental, alteração - \_\_\_\_\_ € (euros) (por algarismos e por extenso);

iii. Taxa de serviço para alojamento internacional, europa e intercontinental, cancelamento - \_\_\_\_\_ € (euros) (por algarismos e por extenso).

#### **c) Taxas de serviço propostas para outros serviços complementares:**

i. Taxa de serviço para emissão de transferes - \_\_\_\_\_ € (euros) (por algarismos e por extenso);

ii. Taxa de serviço para emissão e entrega de documentação - \_\_\_\_\_ € (euros) (por algarismos e por extenso);



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

iii. Taxa de serviço para emissão de vistos \_\_\_\_\_ € (euros) (por algarismos e por extenso);

iv. Taxa de serviço proposta para alteração de transferes - \_\_\_\_\_ € (euros) (por algarismos e por extenso);

v. Taxa de serviço para alteração de entrega de documentação - \_\_\_\_\_ € (euros) (por algarismos e por extenso);

vi. Taxa de serviço para alteração de vistos - \_\_\_\_\_ € (euros) (por algarismos e por extenso);

vii. Taxa de serviço para cancelamento de transferes - \_\_\_\_\_ € (euros) (por algarismos e por extenso);

viii. Taxa de serviço para cancelamento de entrega de documentação - \_\_\_\_\_ € (euros) (por algarismos e por extenso);

ix. Taxa de serviço para cancelamento de vistos - \_\_\_\_\_ € (euros) (por algarismos e por extenso).

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data \_\_\_\_\_



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

**Presidência do Governo Regional**

Assinatura \_\_\_\_\_



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

#### **ANEXO IV**

(a que se refere a alínea a) do número 22.1.)

1 — \_\_\_\_\_ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) \_\_\_\_\_ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no concurso público, por lotes, com publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*, para aquisição de serviços de viagens aéreas, alojamento, transferes e aluguer de viaturas para a Presidência do Governo Regional dos Açores, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na redação atual, na alínea b) do nº 1 do artigo 71.º da Lei nº 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

g) Não se encontra em incumprimento de obrigações em matéria ambiental, estabelecidas em normativos de direito internacional comunitário, nacional, regional, que tenha dado lugar a sentença administrativa ou sentença judicial transitada em julgado em processos relacionados com infrações ou crimes contra o ambiente, se entretanto não tiver ocorrido a respetiva reabilitação, nomeadamente por terem incorrido numa das tipologias de crimes de perigo comum fixadas no Código Penal quanto a danos contra a natureza, violação de regras urbanísticas, poluição ou poluição com perigo comum, atividades perigosas para o ambiente;



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

h) Não incorreu em deficiências significativas ou persistentes na execução de um aspeto essencial de um contrato público anterior celebrado com a entidade adjudicante em causa, que tenha conduzido à resolução contratual por incumprimento, à condenação por responsabilidade civil por danos causados ou a outras sanções contratual ou legalmente previstas;

.i) Não diligenciou, por si ou por terceiro, no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhes conferir vantagens no procedimento de contratação, ou de terem prestado, com dolo ou negligência, informações erróneas suscetíveis de influenciar decisões procedimentais.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



## **REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Presidência do Governo Regional**

\_\_\_\_\_ (local), \_\_\_\_\_ (data),  
\_\_\_\_\_ [assinatura (11)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.